

Praça da Estação e Rua da Bahia: lugares e discursos em disputa no patrimônio de Belo Horizonte a partir da década de 1980

*Elena Lucia Rivero*¹

*João Marcos Veiga*²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as políticas do patrimônio tendo como objeto de estudo a Rua da Bahia e a Praça da Estação em Belo Horizonte que, a partir da década de 1980, com a percepção de certa degradação da área central da cidade, vivem um processo de "referencial perdido". Essa ideia de um elo perdido passaria a estar no centro de uma disputa pela memória, tanto no que diz respeito à construção de um passado oficial quanto no que esse significado poderia engendrar para as demandas que se antepunham ao presente e ao futuro da cidade. É nesse sentido que o seguinte artigo se propõe a recuperar parte da trajetória de ações, proposições e implementações de projetos para a Praça da Estação e Rua da Bahia entre a década de 1980 e a primeira década do século XXI, jogando luz sobre momentos-chave, num panorama que nem sempre se evidencia aos olhos dos cidadãos.

Palavras-chave: Praça da Estação. Rua da Bahia. Belo Horizonte. Patrimônio. Revitalização.

Abstract: This paper aims to analyze the political heritage adopting the "Rua da Bahia" (Bahia Street) and the "Praça da Estação" (the square around the Central Station in the city of Belo Horizonte) as a case study that, from the 1980s, with the realization of certain degradation of the central area of the city, experiencing a process "lost reference". This idea of a missing link would be at the center of a dispute over the memory, both as regards the construction of an official past and what that meaning might engender for the demands that the present and the future of the city. It is in this sense that the following article proposes to recover part of the trajectory of actions, proposals and project implementations between the 1980s and the first decade of this century, throwing light on key moments in a landscape that is not always evident in the eyes of the citizen.

Keywords: Rua da Bahia. Praça da Estação. Belo Horizonte. Heritage. Revitalization.

Na curta história de Belo Horizonte, capital mineira inaugurada em fins do século XIX, as referências à Rua da Bahia e à Praça da Estação aparecem como uma constante no imaginário da cidade. É possível perceber ainda hoje a reverência a essa importância ecoada em livros, memórias, projetos, na mídia e mesmo através de monumentos. Com

¹Elena Lucia Rivero. Pesquisadora do Estopim/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) elenaluciarivero@gmail.com

²João Marcos Veiga joaomarcosveiga@gmail.com

forte âncora simbólica para a construção da identidade urbana moderna na cidade de Belo Horizonte, a Rua da Bahia constituiu desde fins do século XIX sua paisagem numa estrita relação de centralidade social e de poder, polarizada de um lado pela Praça da Estação - concebida desde a fundação da nova capital como porta de entrada da cidade em razão do funcionamento da Estação Ferroviária - e de outro pela proximidade e caminho para a sede administrativa na Praça da Liberdade. Nesse percurso travaram-se relações que tensionaram essa centralidade e demais articulações de um protagonismo urbano, como as linhas e estações de bonde, a construção de edifícios públicos, instalação de equipamentos e serviços, as parcerias entre entes públicos e privados para a abertura e mesmo fechamento e demolição de espaços de comércio, lazer e entretenimento.

A partir da década de 1980, com a percepção de certa degradação da área central de Belo Horizonte, mas também com processos de descentralização e mudanças de costumes, a Rua da Bahia e a Praça da Estação, assim como outras áreas de relação histórica, vivem um processo de "referencial perdido" (LEMOS, 2010, p. 98). A nova configuração espacial e social da capital mineira coloca em xeque noções de pertencimento e identidade em pontos que antes ancoravam toda uma sociabilidade, mas neste momento associados à insegurança e abandono. Nesse sentido, a Rua da Bahia e a Praça da Estação passam a estar no centro destas discussões, ou mesmo em episódios mais dramáticos, como a luta pela preservação do Cine Metrópole, que mesmo demolido torna-se simbólico na forma como expõe os embates em torno de interesses públicos e privados — a ferramenta de tombamento ainda não contava com respaldo em nível municipal à época — e mesmo os diferentes sujeitos envolvidos neste processo, cada qual defendendo seus meios de *representação* da memória vinculada a tal edifício, que deu lugar a um banco privado.

Essa ideia de um elo perdido passaria décadas depois a estar no centro de uma disputa pela memória, tanto no que diz respeito a construção de um passado oficial quanto no que esse significado poderia engendrar para as demandas que se antepunham ao presente e ao futuro da cidade. A escolha da Rua da Bahia e da Praça da Estação para nosso estudo foi motivada pelo aspecto de concentração desses tensionamentos que envolvem a *produção de um espaço* na cidade de Belo Horizonte, da efetivação de lugares diretamente vinculados a memória de uma época, de palco de experiências intensas e conflitos ora velados, ora expostos e, sobretudo, de disputas por representações, simbologias e

lembranças, estas sujeitas a transformações e incorporações ao longo do tempo (HALBWACHS, 2004).

Ao olharmos para a Praça da Estação e Rua da Bahia contemporâneas, na segunda década do século XXI, percebe-se a ação patrimonial de forma dispersa através de edifícios tombados, monumentos, placas, intervenções urbanísticas e paisagísticas, assim como na abertura de espaços públicos e privados de fomento cultural e na apropriação dos espaços por parte da população. Sob a maquinaria patrimonial, entretanto, a paisagem urbana adquire uma homogeneidade temporal (CERTEAU, 1998; JEUDY, 2005, HARTOG, 2014) que apaga os processos que constituíram esses cenários e, sobretudo, os conflitos, retomadas, construção de discursos históricos, abandonos de propostas e contradições inerentes a esse processo. É nesse sentido que tal artigo se propõe a recuperar parte da trajetória de ações, proposições e implementações de projetos para a Praça da Estação e Rua da Bahia entre a década de 1980 e a primeira década do século XXI, jogando luz sobre momentos-chave, num panorama que nem sempre se evidencia aos olhos dos cidadãos.

Políticas de patrimônio municipal em construção

As experiências compartilhadas, como forma de continuidade e afirmação de tradições e identidades, guardam relação com os lugares sociais e, naturalmente, com as edificações do ambiente urbano, sejam elas públicas ou privadas. Como aponta Chacham (1996), Belo Horizonte cultivou diversos locais cuja finitude em alguns momentos era celebrada como sinal do progresso que pedia passagem e, em outros, lamentada como insensibilidade diante de edificações detentoras de uma memória afetiva. Períodos-chave dessas mudanças na paisagem urbana encontram-se nas décadas de 1930 e posteriormente entre 1960 e 70. Segundo Lemos (2010), um panorama é estabelecido com um novo ciclo de arranha-céus que toma conta da capital mineira e, posteriormente, com a expansão do crescimento a outros vetores da cidade. O intenso incremento do trânsito viário faz com que parte da população tradicional não more mais no centro, que apresenta intenso conflito entre serviços urbanos e moradia, com perda de um espaço de convívio que caracterizava a região. O incentivo à verticalização pelo poder público prossegue nos anos 70 com a Lei de Uso do Solo (1976).

De modo geral, o hipercentro³ apresenta durante a década de 1980 um processo de descaracterização arquitetônica, marginalização social e saturação que colocava em xeque a ação do poder público no sentido de regular as atividades urbanas, estabelecer um plano de desenvolvimento a nível metropolitano e, principalmente, de gerar um bem estar social nesta área. Nessa década, o poder público e a sociedade civil passam a buscar alternativas para o que se considerava como uma deterioração do espaço público, de práticas sociais e da relação estabelecida com o patrimônio. Repensar a cidade e suas diferentes relações passa a estar em pauta, numa discussão ampliada e munida de novas ferramentas em âmbito internacional⁴ e com reflexos locais, a exemplo, respectivamente, da Convenção da Unesco de 1972 e da Constituição brasileira de 1988.

A sensibilização de entidades, sociedade e imprensa reflete-se gradualmente, não sem grandes percalços, no amadurecimento das ações de proteção do poder público, seja na forma de preservação de paisagens, como a Serra do Curral, cidades históricas ou edifícios com relação histórica e afetiva para a capital mineira. Frente à aceleração de demolições observam-se as primeiras ações de defesa do patrimônio histórico inicialmente na Praça da Estação, a partir de propostas e debates em torno das edificações e práticas sociais na rua, que passam a ser ponto de reflexão para diferentes abordagens sobre a preservação do patrimônio, este ancorado a preceitos de *identidade* a partir de um regime de historicidade designado como *presentismo* (HARTOG, 2014).

As primeiras proposições nesse sentido em torno da Praça da Estação surgiram no “I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação⁵” (Encontro) realizado em 1981 por

3Hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Bias Fortes, por esta até a Avenida Álvares Cabral, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a Rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, pela qual se vira à esquerda, seguindo até o Viaduto Jornalista Oswaldo Faria, por este até a Avenida do Contorno, por esta, em sentido anti-horário, até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem (BELO HORIZONTE, 1996).

4Castriota (2009) coloca o quadro histórico de ações de intervenção nas cidades em três diferentes perspectivas, com atores e ferramentas dominantes em cada período. Num primeiro momento de "preservação", as políticas eram basicamente encaminhadas pelo Estado, numa perspectiva estática de patrimônio, vista por critérios unicamente estéticos ditados por especialistas. Num segundo momento, a ideia de "conservação" passa a absorver critérios culturais sobretudo da antropologia e, apesar de um protagonismo ainda do Estado, passa a ver a cidade do ponto de vista de conjuntos com dinâmica integrada. Já num período posterior à Convenção da Unesco de 1972 e ao Congresso de Amsterdã de 1975, o sentido de "reabilitação" incorpora articulações de desenvolvimento arquitetônico, social e econômico, com maior participação popular através de conselhos consultivos.

5Produto do Encontro foi publicado o relatório “Praça da Estação: origem e destino”. Integram o relatório uma síntese dos seminários realizados; as moções aprovadas no encerramento do Encontro e a palestra

iniciativa do IAB-MG. O Encontro teve como ponto de partida a discussão de um projeto (a possível implantação de uma estação de trem metropolitano) que, na perspectiva dos participantes, descaracterizava o conjunto em seus aspectos de paisagem urbana, apesar de preservar as edificações isoladamente. Nesse sentido, os debates em torno da Praça da Estação foram colocados desde uma perspectiva ligada à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade e da necessidade de estabelecer diretrizes de preservação do patrimônio urbano e da memória no nível municipal⁶. O poder público vai ser interpelado no seu papel de institucionalizar a preservação da memória através de instrumentos legais – nesse contexto se inscreve o envio à Câmara Municipal do projeto de lei que cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM-BH). Tal decreto de lei, N. 3.802, antecipa-se à própria promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, como aponta Rodrigues (2009), o tempo decorrido entre a criação do Conselho "e seu efetivo funcionamento mostra a dificuldade para se efetivar no município uma entidade deliberativa com representação do poder público e da sociedade civil para estabelecer a política de preservação do patrimônio" (RODRIGUES, 2009, p. 8).

Denominado “Praça da Estação: origem e destino”, o Encontro se apresentou como um ponto de inflexão para repensar o passado (origem) e o futuro (destino) da Praça da Estação. Já o presente, narrado desde uma “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996), aparece tencionado pelo conflito preservação *versus* desenvolvimento. A situação da Praça da Estação, o mau estado do espaço e a perda de suas funções originais são vistas como o resultado da falta de um planejamento integrado e a consequência de um desenvolvimento econômico entendido como sinônimo de um progresso que, embora desejável, foi na contramão de uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, causando a perda de áreas de lazer em função da ampliação de vias como solução ao tráfego. Importante lembrar que, já na década de 1960, a duplicação da Avenida dos Andradas em frente à Praça da Estação para abertura de uma nova pista levou a uma diminuição considerável da área da praça.

“Aspectos culturais da Praça da Estação”, proferida pela Professora Suzy Pimenta de Mello, então diretora da Escola da Arquitetura da UFMG.

⁶No Brasil, os anos 70 também presenciaram a consolidação de órgãos estaduais e municipais de preservação, colocando em curso um processo de descentralização das políticas para área. Com a Constituição Federal de 1988, ampliam-se os mecanismos para a participação popular (como os conselhos deliberativos e consultivos) e ferramentas (como o Plano Diretor e as Áreas de Diretrizes Especiais), com consequências em Minas Gerais. Porém, como demonstra Castriota (2009), mesmo propostas pioneiras como o IPAC-MG (Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais), que partem de concepções ampliadas de patrimônio, prendem-se a um inventário que visam preponderantemente o tombamento.

Nesse sentido a orientação dos participantes foi propor um planejamento urbano que abrangesse a questão da preservação. Um exemplo disso é a questão dos transportes e os programas de melhorias das condições de circulação – em particular no caso da Praça da Estação –, os quais são mencionados como um dos fatores de maior impacto para as áreas de valor histórico.

As referências à Praça da Estação incluem as edificações históricas do entorno, nesse sentido a ênfase foi colocada no conjunto arquitetônico e paisagístico enquanto “ponto de referência essencial à preservação do pouco que nos resta do desenho original da cidade” (ENCONTRO..., 1981, p. 46). A valorização do conjunto envolveu também uma discussão pelo reconhecimento do valor do estilo neoclássico na arquitetura da cidade:

Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas. Ainda quanto ao aspecto estilístico deve ser lembrado que, em Belo Horizonte, o neoclassicismo marcou as primeiras construções da cidade e permaneceu como estilo mais consagrado, salvo alguns modismos, até a década de 30, quando se deu a grande revolução do “pó-de-pedra” e do estilo chamado modernista (ENCONTRO..., 1981, p 46-47).

Os principais debates foram em torno dos instrumentos de preservação, distinguido estes do tombamento, que por sua vez foi apresentado como uma medida de força, utilizado em última instância pelo poder público, que não resolve o problema da preservação. Algumas propostas do Encontro foram efetivadas através da Lei de Uso e Ocupação de Solo (1985), que instituiu a “Área de Proteção do Conjunto Praça Rui Barbosa⁷”, única ocorrência de diploma legal na época conferida pelo Município em defesa de um bem cultural da cidade. Com menos ênfase, a questão dos usos da praça e dos prédios foi introduzida. De um modo geral, a proposta era manter as características e finalidades originais do prédio da estação central e a conversão dos prédios do entorno em equipamentos culturais e da praça em local de eventos como novas formas de usufruir a cidade.

⁷A Praça Rui Barbosa é popularmente conhecida como Praça da Estação. As duas designações são recorrentes tanto em projetos do poder público quanto na imprensa.

Em 1988 é homologado o pedido de tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico Praça da Estação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) ⁸. O tombamento pode ser visto como um ato de territorialização, isto é, um empreendimento de definição e classificação do que deve ou não conter o espaço através da imposição de regras de uso e apropriações do mesmo. Através dele vai ser definido o perímetro da área a ser preservada, questão central para entender, posteriormente, os projetos que visam à revitalização da área e sua consolidação como circuito ou polo cultural. Segundo o dossiê, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação compreende a praça, seus jardins e esculturas, os prédios da Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, antiga Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG e o antigo instituto de Química e Pavilhão Mário Werneck.

A imagem contemporânea ao tombamento da praça é a de um espaço de grande movimentação popular devido à concentração de pontos de ônibus e ao deslocamento de moradores e comércio mais sofisticado para novas regiões, elementos que, junto com a ausência de interesse por parte do poder público, aparecem como algumas das explicações para as causas do processo de degradação e desprestígio do local, além de trazer uma leitura da espacialização do consumo na cidade. Nas entrelinhas, é possível observar que o tombamento tem também a função de reverter esse processo de degradação e acionar uma “retomada” do local desde o ponto de vista simbólico.

Junto a esse contexto da Praça da Estação, a Rua da Bahia conta na década de 1980 com outro caso simbólico nessa relação de espaço social, patrimônio e perda. O Cine Metrôpole foi um dos primeiros marcos da cidade a ser objeto de mobilizações que buscaram sensibilizar a população de Belo Horizonte e o poder público para a necessidade de sua preservação. Erguido na década de 1940 no local onde antes se encontrava o Teatro Municipal, o cinema esteve por quatro décadas ligado a atividades sociais e culturais na cidade. Porém, num contexto de abertura política e crise econômica, a empresa proprietária vende o espaço, em abril de 1983, ao banco Bradesco. "A notícia da venda do cinema a um

⁸Segundo o conselheiro Ricardo Samuel de Lana, a publicação do tombamento do Conjunto Urbano da Praça da Estação estava programada para o dia 12 de dezembro de 1981, em comemoração aos 84 anos de Belo Horizonte e aos 10 anos do IEPHA-MG, mas: “Enviado ao governador biônico Francelino Pereira para homologação e publicação, o processo desapareceu sendo localizado apenas em 1984” (BELO HORIZONTE, s/p, 1994). Lana apontou como motivos do desaparecimento interesses imobiliários e a obras de canalização do Arrudas que alterariam definitivamente a fisionomia da Praça.

banco teve repercussão social imediata. Os principais jornais noticiaram o acontecimento, ressaltando a importância histórica e sociocultural do edifício e lamentando a perda de mais um espaço de lazer na cidade." (SANTA ROSA, 1993, p. 43).

Como recupera o livro "Metrópole — Trajetória de um espaço cultural" (SANTA ROSA, 1993), o acontecimento levou a uma imediata mobilização, com protestos de estudantes e moradores e uma tentativa de tombamento pelo IEPHA, com apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil seção Minas Gerais (IAB/MG) e intelectuais mineiros. Apesar da sinalização inicial do governador Tancredo Neves, do qual faltava apenas uma assinatura, o tombamento provisório não foi ratificado, tendo como argumento a não singularidade histórica da edificação em estilo art-deco, além de uma sistemática descaracterização interna, esta promovida propositalmente pela própria empresa em junho de 1983 após as pressões pelo tombamento do cinema. A demolição para preparação do terreno que receberia o banco foi iniciada em setembro do mesmo ano. Tido como espaço marcante e de significativa relação arquitetônica com a paisagem da Rua da Bahia e da cidade, apesar de não contar mais com a pompa dos primeiros tempos, o Cine Metrópole posto ao chão teria deixado "marcas profundas no tecido urbano e social da cidade", segundo Santa Rosa. Entretanto, mesmo não viabilizando o tombamento e a preservação do edifício, o caso levou a um amadurecimento de consciência e atuação cívica para a criação de uma política de patrimônio mais incisiva no âmbito municipal.

A delimitação de uma centralidade

Numa dialética entre lembrar e esquecer, que caracteriza o patrimônio, a Rua da Bahia e a Praça da Estação possibilitam um olhar especial sobre a forma com que se elegeram, em determinados períodos, uma memória e uma história oficial a ser resgatada e enaltecida como singular. Edifícios e práticas estão novamente na mira de uma "centralidade" requisitada em projetos de revitalização. Estabelece-se uma "relocalização estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos [...]" (LEITE, 2004, p. 20). Num contexto internacional de "inchaço" da percepção do que vem a ser a *cultura* e seus meios de valorização (CHOAY, 2011), o patrimônio passa a delimitar as formas de intervenção no espaço urbano associado à construção de uma singularidade deste lugar a

ser "recuperado", no que Leite chama de uma "reinvenção de centralidade" nas políticas oficiais de preservação, afirmando tradições e estabelecendo nexos entre *identidade e lugar* (LEITE, 2004, p. 40).

Nesse passo, ações empreendidas em Belo Horizonte nas décadas de 1990 e 2000 empenham-se em delimitar um diferencial de imagem para ancorar projetos de intervenção, num processo que, assim como em outras capitais, como Salvador e Recife, é passível de questionamentos sobre a estetização do patrimônio e a construção de uma *city marketing* (ARANTES, 2002) que pode levar a exclusões sociais e valorização do consumo cultural em detrimento das diferenças no espaço público (ZUKIN, 2000; LEITE, 2004; BOTELHO, 2005). Com o hipercentro cada vez mais associado a uma visão de deterioração física e perda de importância simbólica (LEMOS, 2010), Belo Horizonte passa a acompanhar, segundo Jaime e Trevisan (2012), uma tendência internacional e nacional de projetos de intervenção sob parâmetros urbanísticos e de afirmação do caráter de experiência social e cultural em regiões centrais.

Como aponta Schneider (2004), os projetos para uma proposição específica para a Rua da Bahia têm como antecedente uma mobilização entre agentes culturais, empresários e moradores em 1992 para a formulação de um "Corredor Cultural" para a via, prevendo ações de integração artística, de marketing e de urbanismo, que seria encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O debate à época era direcionado pelo impacto e visibilidade da "Rua 24 Horas" de Curitiba (PR), que acendia à possibilidade de algo semelhante ser implantado na Rua da Bahia. Silveira e Horta (2002) também contextualizam esse momento como o ano em que se comemoravam os 30 anos da Cantina do Lucas, no Edifício Maletta, quando um grupo formado por jornalistas, artistas, intelectuais e empresários se reuniu para considerar, além da importância histórica da Rua da Bahia, "o risco de depredação desse patrimônio vivo da cidade". Esse seria o ponto de partida para o projeto de revitalização com o nome de Rua da Bahia Viva.

Em 1993, a PBH apresenta, através de sua administração centro-sul e da então Secretaria Municipal de Cultura, o projeto Rua da Bahia (Portaria 3.260 - 25/05/93), durante a gestão do prefeito Patrus Ananias. O documento se propõe como um minucioso dossiê da rua, dividido em quatro partes: levantamento de sua história, análise físico-urbanística, elaboração das propostas e pressupostos metodológicos e conceituais para a

intervenção. Formado por uma equipe multidisciplinar de arquitetos e historiadores, o projeto visava uma ação do poder público para se garantir a recuperação sociocultural da rua a partir de uma constatação de um quadro de desarticulação e degradação — "nesse sentido, a Rua da Bahia deixará de ser um lugar triste no entrecruzamento das ações pelas quais o poder público organiza suas ações com as demais áreas da cidade e com a população de modo geral". (BELO HORIZONTE, 1993, p. 1).

Após um detalhado diagnóstico da quadro histórico e contemporâneo da Rua da Bahia sob diferentes aspectos, o projeto passa a propor a constituição de "cenários" para intervenção. Absorvendo a conceituação da "conservação urbana integrada", o texto salienta a importância de se entender a interferência e a influência da rua em todo seu entorno, a fim de nortear um eficaz plano de abrangência não só urbanístico, mas também cultural, histórico, de comércio e serviço, ambiental e de circulação de tráfego. Expondo a "realidade atual da rua à luz da sua história", o diagnóstico busca salientar problemas diversos, mas reforça um potencial adormecido, uma diversidade social rompida, porém passível de ser recuperada. E de certa forma o momento de consolidação do nobre perfil da Rua da Bahia ganha mais nitidez como recorte histórico: os anos de 1920. "Como sabemos, a rua adquiriu, nas primeiras décadas da história de Belo Horizonte, uma importância singular. [...] Desta maneira, será possível restituir a sua tradicional função social." (BELO HORIZONTE, 1993, p. 40).

Enumerando essas propostas para toda a rua, parte-se de uma ideia de revitalização de praças, recuperação de jardins, retirada de publicidades que estejam causando uma poluição visual e mesmo a derrubada do anexo do edifício Sulacap, ocupado por um cursinho escolar, para se recuperar a perspectiva original de vista para o Viaduto de Santa Tereza. As proposições urbanísticas, dezessete no total, têm como discurso a retomada do bem estar para pedestres e criação de áreas de convívio.

Mesmo ressaltando a impossibilidade de restituir a história, o projeto acredita ser possível "devolver ao lugar a dignidade como pré-requisito fundamental para que possamos dar continuidade à sua tradição. Assim, depois de adormecida por algumas décadas, talvez a rua consiga despertar para um novo tempo" (BELO HORIZONTE, 1993, p. 44). Para Jeudy, a gestão do patrimônio busca sempre se ancorar numa referida vontade coletiva de reatualizar o passado permanentemente, tal qual um dever cívico e de resistência contra o

esquecimento. "A ideia de 'reviver o passado', de lhes restituir vida, é confirmada por um bom número de antropólogos, de conservadores e mesmo de políticos eleitos que creem no real poder, social e cultural, da atualização" (JEUDY, 2005, p. 26).

Nos Cenários de Comércio e Serviços (IV.4), com dez itens, é proposta a garantia de infraestrutura pelo poder público para eventos especiais e incentivo sobretudo a um perfil específico de comércio que o projeto acredita ser a vocação da Rua da Bahia, mesmo que aparentemente inexistente até então, como a criação de "mini-bazar de antiguidades, artes e brechó", além de um café com varandas internas ao Parque Municipal. Nessa seção do projeto também faz-se considerações sobre a possibilidade de um "comércio 24 Horas".

A partir de um arcabouço de ações técnicas e de recuperação de um "ambiente social degradado", as propostas reforçam a busca e a retomada de um lugar memorável, com um capital simbólico transposto para o meio físico, através, por exemplo, do incentivo para que prédios reproduzam sua história e a criação de espaços de sociabilidade e também de projeção dessa memória, como o "Caminho dos Jornalistas" e o "Largo dos Poetas". "As memórias são 'colocadas em exposição' para que o reconhecimento de sua singularidade seja igualmente assegurado. O testemunho tem que ser exemplar." (JEUDY, 2005, p. 26).

Uma das diretrizes principais para viabilizar o projeto é a criação de um Conselho Deliberativo Permanente, aberto à participação popular e composto por IAB, IEPHA, Secretarias Municipais de Cultura e Planejamento, Regional Centro-Sul, Associação de Moradores e Associação de Entidades Culturais ligadas à rua. Tal conselho assumiria "projetos pró-memória, implantação e promoção de eventos e atividades ligadas à área cultural de lazer e recreação". A partir de 1993, o Projeto Rua da Bahia, realizado pela instância municipal, dá subsídio e abre espaço a novas proposições, articulando diferentes atores (comunidade artística, comércio, moradores, mídia), porém as ações sugeridas no diagnóstico são aplicadas apenas em pequena medida, como veremos mais adiante. O foco principal concentra-se na criação de uma Rua 24 horas, com a reconfiguração de parte das ideias originárias. As pontuais intervenções urbanísticas são aplicadas também num processo de aproximação e distanciamento do projeto inicial, colocando em xeque a proposta final almejada de estabelecer a integração entre memória e bem estar social.

Apesar do empenho, o Projeto Rua da Bahia, de 1993, elaborado através de uma Comissão Especial de Estudos, ficou estagnado após sua formulação, segundo Schneider

por não planejar em pormenores como seria executado e por não ter feito ao menos a mobilização comunitária prevista em sua metodologia. As formulações dessa iniciativa, no entanto, reaparecem nas tentativas seguintes de rearticulação de um projeto para a Rua da Bahia. Ainda na gestão municipal de 1993-1995, a Administração Regional Centro-Sul, por meio de sua assessoria de projetos, priorizou algumas ações para dar continuidade ao projeto: proposição urbanística para intervenção nas esquinas da rua Goiás e da Rua Guajajaras; criação de projeto de passeios em calçada portuguesa, veiculação de um Calendário Cultural; intervenção no Viaduto de Santa Tereza. Esta edificação contou com obras realizadas apenas entre 1997 e 1999, bem sucedidas quanto ao reforço de estrutura física, porém, segundo a autora, falho na tentativa de se criar um "espaço cultural".

O Calendário Cultural, que circulou entre julho de 1994 e maio de 1996, representou uma tentativa de se de narrar parte da memória da rua articulada às atividades artísticas contemporâneas, ainda que recorrendo apenas a figuras e espaços já consagrados na literatura local: Drummond, Pedro Nava, Fernando Sabido, Rômulo Paes, Cine MetrÓpole, Bar do Ponto, Trianon. A publicação, no entanto, teve sua continuidade inviabilizada devido à edição e distribuição precárias. Já as intervenções foram realizadas de forma pulverizada nos anos seguintes.

Data de 1995 a implantação de um marco simbólico na esquina das ruas Guajajaras e Bahia. No projeto de 1993 previa-se uma intervenção na rua Guajajaras, porém na calçada de ligação à rua Espírito Santo, com uma diminuição do espaço para estacionamento de carros e ampliação das calçadas. Com aumento da área de lazer para mesas de bar ali existentes, seria concretizado o "Largo de Encontro" — a ideia foi retomada na gestão municipal 1993-1995 prevendo também a instalação de bancos, lixeiras e iluminação especial, mas nunca concretizado. Numa continuação da praça Afonso Arinos, trecho de quarteirão fechado entre Guajajaras, Bahia e Avenida Álvares Cabral, é instalado em junho de 1995 o Monumento em Homenagem a Rômulo Paes (FIGURA 1) — uma grande placa de metal fundido, em projeto do arquiteto Gustavo Penna, com a frase "A minha vida é esta, subir Bahia, descer Floresta".

Figura 1 - Monumento em Homenagem a Rômulo Paes em 10 jun. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: João Marcos Veiga.

O projeto de 1993 também continha ideia semelhante, porém a ser implementada na esquina da rua Tamoios, ao pé da escadaria do edifício Sulacap, onde seria aberto o largo "Descer Bahia, Subir Floresta", curiosamente invertendo os logradouros no sentido da sentença original.

Desmantelado em 1996, o projeto da Rua da Bahia voltou à pauta em 1997 com nova gestão municipal (prefeito Célio de Castro) e com as preocupações em torno do centenário da cidade, o que incluía ações de revitalização da região central. Mas foi apenas em 1998 que a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Lei 7.620/98, oficializou o Eixo Cultural Rua da Bahia Viva, que visava sistematizar e formatar os projetos para a via, além de criar as condições para a efetivação das intervenções. (BELO HORIZONTE, 1998).

Para melhor acompanhamento da gestão, a mesma lei criou o Conselho Consultivo do Eixo Cultural Rua da Bahia, formado por membros da sociedade civil e do poder público municipal. A primeira medida tomada foi a proibição do comércio de rua entre as avenidas Afonso Pena e Álvares Cabral, tido como prejudicial, através do decreto 9.772 de novembro do mesmo ano. Para viabilizar as propostas, também é aprovada a criação de um escritório técnico. Segundo Schneider, o Conselho Consultivo coloca em pauta a análise para a articulação de uma Rua 24 horas, porém, apesar de já constar na lei, a ideia é descartada. "A conclusão foi que não havia nenhum sentido, necessidade ou vocação em se implementar um projeto desse tipo e foi considerado que a ideia tinha sido, na verdade, apenas uma sugestão sem nenhum embasamento." (SCHNEIDER, 2004, p. 32).

Apesar da relativização da ideia de um comércio 24 horas pelo projeto de 1993 e de ser descartado pelo Conselho Consultivo do Eixo Cultural instituído em 1998, é exatamente neste ano que a proposta de uma "Rua da Bahia 24 horas" ganha o âmbito do debate público e midiático na esteira da divulgação de um Circuito Cultural para o logradouro e do artigo que tratava sobre o assunto na lei 7.620/98. A imprensa de Belo Horizonte passa a acompanhar os desdobramentos da ideia desde os primeiros debates ainda em 1992 e 1993, com a divulgação do diagnóstico realizado pela Prefeitura e das propostas gerais de intervenção, ancorados numa constatação de degradação urbana e no significado histórico e cultural da rua para a cidade. Matéria de 10 de maio de 1994 do jornal Estado de Minas, com o título "Projeto Rua da Bahia está saindo do papel" dava como avançadas as licitações para obras no Viaduto de Santa Tereza e divulgava o lançamento do primeiro calendário cultural para aquele dia. "O projeto 'Rua da Bahia Viva' é o primeiro passo para revitalizar a imagem e a vida cultural de Belo Horizonte" (PROJETO, 1994, p. 24).

O ano de 1994 também marca o tombamento de mil imóveis na capital mineira pelo CDPCM-BH. A ação em larga escala, a maior desde a instituição do Conselho dez anos antes, abrangia 281 edificações apenas na área central e 11 conjuntos espalhados pela cidade, incluindo o Conjunto Urbano Afonso Pena - Rua da Bahia e Adjacências. Segundo Botelho e Andrade (2005), esse momento, além de um marco na extensão da proteção do patrimônio da capital mineira, também traz um diferencial conceitual frente aos tombamentos realizados pelo CDPCMBH entre 1990 e 1992, focado mais em bens isolados, com exceção da Praça da Liberdade, já valorizada sob a perspectiva de conjunto à época. Em 1996, após um desmembramento, foi instituído o Conjunto Rua da Bahia.

Apesar de identificar que "a Rua da Bahia nunca apresentou-se como um conjunto homogêneo", dada sua diversidade de arquitetura, usos e apropriações, além de assimilar noções antropológicas como a de "pedaços" (contudo sem evidenciar referências conceituais) para caracterizar diversas partes da via, o projeto traz diretrizes no sentido de conferir "unidade de tratamento que contribua para sua percepção como um eixo diferenciado", de "promover recuperação, a restauração e a valorização das edificações tombadas e demais imóveis de interesse cultural", associado à instalação de estabelecimentos e atividades que "favoreçam animação e convívio social". Nesse sentido, a abertura conceitual parece esbarrar em diretrizes focadas sobretudo no patrimônio

tombado e na promoção de animação cultural, com as noções de pertencimento dos moradores vinculando-se a uma *imagem de cidade* específica, direcionada.

O Departamento de Patrimônio também iniciou em 1994, no mês de novembro, ação de despoluição visual nos imóveis tombados, com exigência por parte dos proprietários de retirada de placas e materiais que descaracterizassem as edificações. O trecho escolhido para se iniciar o programa foi o dos quarteirões da Rua da Bahia entre as avenidas Afonso Pena e Álvares Cabral (RUA, 1994). Com uma revalorização do ambiente urbano em curso na cidade, a Rua da Bahia reassume um relativo protagonismo (assim como o Conjunto da Praça da Liberdade), com seus edifícios tombados e todo um imaginário trazido à tona com propostas de intervenção e integração. A via passa a evocar uma renovada atenção, como se o repercutido período de convalescência social estivesse com os dias contados a partir de uma ação conjunta inédita entre poder público e sociedade em vias de tomar forma.

Mas é notadamente apenas em 1998, com o projeto do Eixo Cultural tramitando e por fim aprovado em segunda instância na Câmara, que o assunto volta à pauta de forma sistemática. No dia 12 de dezembro, aniversário de 101 anos da cidade de Belo Horizonte, um palco improvisado na Rua da Bahia, no trecho entre as avenidas Augusto de Lima e Álvares Cabral, recebe uma festividade com shows e apresentações de palhaços não só em celebração da data festiva, mas também para a efetivação do Eixo Cultural Rua da Bahia Viva, sancionado naquele dia simbólico pelo prefeito Célio de Castro, gestor que colocava a cultura e o projeto em questão, segundo matérias jornalísticas, como carro-chefe das intervenções urbanas no centro de Belo Horizonte naquele momento (PALCO, 1998, p. 16). Na mesma ocasião, também foi instalado uma placa de aço no já existente monumento a Rômulo Paes - chamado de "Jornal-História", o material simula a diagramação da capa de um jornal diário, trazendo informações sobre o Eixo Cultural e sobre a via cuja memória era enaltecida.

A maioria das matérias publicadas se utiliza de mapas para sugerir a existência de um "circuito cultural" já em atividade à época, repercute falas de comerciantes e agentes culturais, mas também dá margem a desconfianças de sua real viabilidade, o que pode ser notado pelo uso de títulos como "Rua da Bahia aposta tudo na cultura - o projeto não se limita ao comércio 24 horas e engloba atividades que reforçam a identidade histórica da

cidade" (CRISTIE, 1998, p. 32); "Rua da Bahia terá polo cultural" (MENEZES, 1998, p. 7), com retranca "Prós e Contras"; "Vida para a Rua da Bahia" (JACINTO, 1998, p. 30), com retranca "Pioneiros já asseguram que a demanda é surpreendente"; "BH abraça o Eixo Cultural" (HELENA, 1998), com retranca "Entre o entusiasmo e o ceticismo". A maior preocupação relatada por comerciantes e moradores nos jornais seria a criminalidade e a sensação de insegurança presenciada em tal e no centro da cidade (CÉLIA, 1998, p. 1).

De toda forma, apesar de não acompanhar em pormenores o processo de descontinuidade de gestão que viria por dissipar as motivações originárias do Projeto Rua da Bahia Viva, a repercussão ao longo da década de 1990 por parte da imprensa de momentos pontuais da iniciativa (tramitação e promulgação da lei, lançamento de calendário, promoção de atividades artísticas) criou a percepção de um circuito cultural em vias de ser plenamente efetivado e, sobretudo, a ideia de uma rua com uma memória diferenciada a ser valorizada e exposta, com seus estabelecimentos, personagens e fatos emblemáticos construídos ao longo desta história. Sem estrutura adequada (SCHNEIDER, 2004, p. 32), o Conselho Consultivo do Eixo Cultural Rua da Bahia é estagnado, sem a concretização de ações efetivas, como a demanda por um escritório técnico, e deixa de ser convocado no ano 2000 - ao longo da década o debate em torno do Circuito Cultural se esvazia, com esporádicas retomadas na imprensa local.

No caso da Praça da Estação, há na década de 1990, após o tombamento (1988), muitas expectativas sobre a revitalização desta área e a conversão dos prédios do entorno em equipamentos culturais, mas percebe-se que não há um projeto único, e sim iniciativas isoladas como a implantação do Centro Cultural da UFMG (1989) no antigo prédio da Escola de Engenharia, em frente à Praça Rui Barbosa. Duas questões vão ser recorrentes nos discursos da década de 1990 sobre o espaço: a possibilidade de se criar ali uma “zona cultural” e a revitalização de toda a área considerada o “baixo centro⁹”. Nesse aspecto, diferentes discursos são traçados sobre os usos do espaço. Por um lado, a utilização da praça como cenário de eventos é vista como uma “recuperação” do espaço para a população, uma nova forma de usufruir a cidade. Já os usos da praça no cotidiano permitem

⁹Baixo centro, “nomenclatura utilizada a partir de meados do século XX, quando se acentuou o processo de distinção sócio-espacial visível no interior do próprio centro da cidade desde os primeiros anos de sua história” (TREVISAN, 2012, p. 59).

falar dela como um cenário caracterizado por ser “ponto de encontro dos esquecidos e cidadãos comuns” (GOUTHIER, 1994, p.24). Muitas das expectativas atreladas à revitalização do local são originadas, e sustentadas, com referência a um passado no qual a Praça da Estação era considerada o “cartão postal”, a “porta de entrada” da cidade; neste sentido, o presente da praça é apresentado como a antípoda desse passado.

Em 1996, por solicitação do CDPCM-BH, foi aberto processo administrativo pelo Departamento de Memória e Patrimônio Cultural para início dos estudos técnicos para subsidiar proteção municipal do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências. A caracterização do Conjunto é realizada a partir dos usos e da identificação de *eixos* e *pedaços*. A Praça da Estação é assinalada como um dos pedaços do conjunto a partir dos usos e apropriações identificados no local à época:

Cotidianamente é utilizado como um grande estacionamento, atividade que se estende até às áreas sob o viaduto de Santa Tereza [Rua Aarão Reis], e local de passagem de usuários do metrô, sendo o espaço apropriado, durante o dia, por mendigos lavadores e tomadores de conta de carro e, mais recentemente à noite, pelos usuários do Bar da Estação. Durante o dia, este pedaço é caracterizado pela presença de usuários do metrô e da Rede Ferroviária e de alguns vendedores ambulantes atraídos pelo grande fluxo de pessoas no local (BELO HORIZONTE, 1996, p. 18).

Os projetos de reabilitação, ou revitalização, no Brasil da década de 1990 buscam incorporar uma nova visão e conceitos nas discussões prévias às intervenções. Assim como no caso da Rua da Bahia, a não concretização do discurso, no entanto, é explicada em diversos aspectos, como descontinuidade administrativa, distanciamento dos reais problemas sociais das regiões analisadas, falta de articulação, dentre outros, além da possibilidade de gerar consequências negativas, como especulação imobiliária, criações de cenários históricos com objetivos meramente turísticos e comerciais e gentrificação (LEITE, 2004).

Retomadas, intervenções e o patrimônio em prática

Na primeira década do século XXI, ganham espaço outros projetos e intervenções de maior envergadura - como o 4 Estações (2000), o programa Centro Vivo (2004) e o Plano de reabilitação (2007) -, que tomam como área de estudo o Hipercentro Legal da cidade, também identificando subáreas como a Praça da Estação e a Rua da Bahia.¹⁰

Em 2001, com a segunda gestão do prefeito Célio de Castro, a prioridade passa a ser o projeto 4 Estações, com foco na revitalização da Praça da Estação e do vale do Rio Arrudas, buscando melhorias de circulação de pedestres e para o transporte público. Deixado em segundo plano, o Eixo Cultural da Rua da Bahia é burocraticamente incorporado ao novo projeto. O ciclo de debates em torno da Praça da Estação iniciado com I Encontro é retomado com a realização do Fórum Permanente 4 Estações, em 2001. Dentre as atividades propostas esteve a apresentação de projeto arquitetônico para a praça, do escritório B&L Arquitetura. Tal projeto tinha vencido, em 1995, uma licitação da Prefeitura de Belo Horizonte visando à revitalização da área. O projeto começou a ser executado no ano de 2003 e teve como objetivo a retirada do estacionamento e a criação de uma “Praça cívica e de eventos”, caracterizando desse modo determinado tipo de usos para o local (FIGURA 2).

¹⁰No caso da Rua da Bahia o tombamento pioneiro da Cantina do Lucas (tradicional bar e restaurante do edifício Maletta) como "bem cultural de Belo Horizonte" em 1998, curiosamente dois anos antes do arcabouço legislativo nacional de "patrimônio imaterial" estabelecido em 2000, com o decreto 3551, com o qual se cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (SILVEIRA; HORTA, 2002, p. 115). Nesse sentido, é valorizado principalmente o viés das relações inscritas e estimuladas ao longo da história e no presente do estabelecimento, porém resguardado através do tombamento de sua ambiência e mobiliário.

Figura 2 - Praça da Estação após as reformas (2007)



Fonte: TREVISAN, 2012, p. 30.

Junto com a primeira etapa do projeto começam as reformas no edifício da antiga Estação ferroviária para a implantação do Museu de Artes e Ofícios (MAO). Produto de uma parceria público-privada entre o Instituto Cultural Flávio Gutierrez, o Ministério da Cultura e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a implantação do museu implicou na saída da Associação Mineira de Ferreomodelismo¹¹ do prédio e acabou definindo uma nova espacialidade que vai se caracterizar pela irradiação da gestão do museu sobre a praça e o entorno (GARCIA, RODRIGUES; 2014).

A reforma dos jardins foi realizada em um segundo momento junto com o projeto “Bulevar Arrudas¹²”. A obra consistiu no recobrimento do leito do Ribeirão Arrudas (2007) que, além de dar lugar a novas pistas, foi visto como uma “solução” que permitiria integrar todo o conjunto, “de forma a restabelecer o desenho original”. Os documentos referentes às intervenções não fazem referências ao Ribeirão Arrudas como parte da paisagem, neste sentido, a criação do Bulevar acaba por eliminar qualquer vestígio da existência de um rio. Como uma singela homenagem, o projeto propõe uma “[...] nova paginação das calçadas da avenida dos Andradas em pedra portuguesa (padrão em ondas – referenciando o Ribeirão Arrudas)” (BELO HORIZONTE, 2005, p. 251).

¹¹Fundada em Belo Horizonte em 1964, funcionou no edifício da Estação de 1982 até 2002.

¹²O Bulevar Arrudas formou parte do Projeto Linha Verde, lançado em 2005 pelo governo do estado de Minas Gerais, foi um conjunto de obras viárias que envolveram Belo Horizonte e a região metropolitana.

Se por um lado o Bulevar Arrudas foi muito celebrado pela imprensa, destacando de um lado a valorização que a obra trouxe aos imóveis da região central (aumento da demanda e dos valores), assim como pela reforma que a obra implicou para praça, por outro lado vai ser questionada como um retrocesso no planejamento em nome do projeto rodoviário. Além disso as obras implicaram o traslado dos fotógrafos Lambe-lambe que trabalhavam na Praça Rui Barbosa. O ofício também passou por um processo de patrimonialização¹³, e os fotógrafos foram realocados no Parque Municipal da cidade.

No ritmo de implementações parciais de projetos avultados ainda na década anterior para o centro da cidade, em 2003 a esquina da Rua Bahia com Goiás recebe a instalação de estátuas representando, em tamanho real, o poeta Carlos Drummond de Andrade e o médico e escritor Pedro Nava (FIGURA 3). Esculpida em bronze, a homenagem simula uma conversa informal entre os amigos, que frequentaram aquele ponto, imediações do antigo Teatro Municipal (hoje Banco Bradesco) e sedes de redações nas quais trabalharam. A ação, no entanto, concretiza apenas uma parte mínima do projeto idealizado em 1995 — segundo Schneider a intervenção urbanística original também previa remodelação da calçada, iluminação especial, obelisco com informações da história da rua e mesmo uma alteração no edifício da Prefeitura para dar vista ao Parque Municipal.

¹³Em 2012, a PBH e o IEPHA concluíram o processo de registro do ofício do fotógrafo lambe-lambe como bem cultural imaterial.

Figura 3 - Estátuas de Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava em 10 out. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: João Marcos Veiga.

As tentativas do poder municipal de intervir nesse espaço culminam nas duas décadas seguintes com o projeto Centro Vivo. O programa, implantado a partir de 2004, "configura-se como uma ação pautada por forte apelo à dimensão simbólica e à produção de uma imagem de centro que se constrói continuamente como afirmação de uma memória e de uma identidade da cidade." (NASCIMENTO, 2013, p. 1). O conjunto de obras propostas se pauta por "requalificação urbanística e ambiental" em termos de segurança, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e inclusão social. O início das intervenções se deu exatamente na Praça da Estação, no início da Rua da Bahia, e nas ruas Oiapoque e Caetés, para posteriormente realizar obras nas ruas Rio de Janeiro e Carijós.

Apesar do estímulo ao uso residencial e ao comércio tradicional, o investimento também visava uma afirmação de memória simbólica que estimula a abertura de espaços de viés cultural em empreendimentos privados.

Em 2007, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, lançou o documento "Plano de Recuperação do Hipercentro de Belo Horizonte". O diagnóstico apresenta-se como uma "construção coletiva" a partir do diálogo com lideranças comunitárias e realização de entrevistas e oficinas. (PRAXIS, 2007, p. 1). Como meio de reverter a "imagem negativa do centro", o documento estabelece o incentivo a atividades culturais como estratégia central no sentido de reforçar vocações das subáreas identificadas, minimizar conflitos cotidianos e gerar desenvolvimento econômico.

Em 2008, é inaugurado na Rua da Bahia, em cruzamento com a rua Guajajaras e Avenida Álvares Cabral, o Museu Inimá de Paula. A programação do museu, com exposição permanente, cineteatro, exposições itinerantes, soma-se a outras atividades artísticas ofertadas em espaços nas imediações da própria rua, como o Centro de Cultura Belo Horizonte (CCBH), o Teatro da Cidade, a Academia Mineira de Letras e o Teatro ICBEU, os dois últimos localizados no bairro de Lourdes.

Mesmo não tendo sido implantado de forma abrangente e contínua, as ideias do projeto Rua da Bahia Viva pairam no imaginário urbano da cidade, possibilitando novas retomadas e apropriações. As fachadas de alguns edifícios recuperadas, as intervenções pontuais que remetem à memória da rua e a atividade de estabelecimentos comerciais tradicionais em atividade estimulam ao longo dos anos 2000 a valorização de um viés cultural a ser valorizado, propalado e ampliado. Em 2007 e 2008 os jornais de Belo Horizonte também passam a enaltecer o potencial turístico e mesmo educativo da história da Rua da Bahia, ainda como reflexos da instituição do Eixo Cultural dez anos antes.

Centro e cultura em nova perspectiva

Os anos de transição da primeira para a segunda década do século XXI mostram o centro de Belo Horizonte com uma imagem revalorizada ao menos sob o caráter de oferta cultural, expandida também com a inauguração do Museu de Artes e Ofícios (2006), Espaço CentoeQuatro¹⁴ (2009), ambos na Praça da Estação, além do Sesc Palladium (2011),

¹⁴O espaço CentoeQuatro é sediado em prédio já centenário à época de sua inauguração, em 2009, no qual havia funcionado a primeira grande indústria da cidade, a Companhia Industrial Belo Horizonte e,

na Avenida Augusto de Lima, e o Cine Theatro Brasil Vallourec (2013), na Praça Sete. Com novos e antigos espaços culturais em atividade, pontos comerciais de caráter mais alternativo (muitos deles concentrados no segundo andar do edifício Maletta) e maior visibilidade à cultura de rua, o centro passa a ocupar as páginas dos jornais de forma mais prestigiada, tido como roteiro obrigatório para se conhecer a cultura urbana contemporânea e mesmo afirmando que “o mapa cultural de BH vem convergindo para o hipercentro”. (FANTINI, 2011, p.3).

A maior oferta e estruturação de espaços de cunho cultural, tanto públicos quanto privados, juntamente a estabelecimentos comerciais de caráter mais alternativo, também propiciou um momento de valorização da área caracterizada como "baixo centro", antes pejorativamente associada à criminalidade e problemas sociais — concentração de moradores de rua e os tradicionais pontos de prostituição em prédios na Rua Guaicurus e imediações. "O Baixo Centro de Belo Horizonte, cenário de intervenções físicas recentes ancoradas no passado, experimenta, nos últimos anos, uma apropriação diferente e renovada, compartilhada com os usos tradicionais da região" (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 370). Nessa perspectiva, a que se ressaltar o papel simbólico do viaduto de Santa Tereza e seu baixio, ponto de convergência de práticas urbanas, apresentações culturais, como o Duelo de Mc's, festivais e casas noturnas alternativas, como o bar Nelson Bordello (posteriormente "BAIXO Centro"), além da sede do Teatro Espanca - todos em diálogo com os nuances históricas e contemporâneas do Centro da cidade e da própria Praça da Estação e Rua da Bahia.

Por sua vez, a Praça da Estação teve na virada da primeira para segunda década do século XXI várias tentativas de regulamentação de usos, estas marcadas por uma “retórica do civismo” (DELGADO, 2010), ou seja, uma forma de conceber a vida social no espaço público como um cenário de e para o consenso, em que a superação das diferenças de classe e as contradições sociais se dariam por via da aceitação. No entanto, novas formas de ação conseguem dar visibilidade a antagonismos, politizando um espaço público que se apresentava como fechado nos discursos oficiais. A primeira dessas tentativas foi um decreto que estabelecia estar “... proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação nesta capital”(BELO HORIZONTE, 2009). Um mês após o decreto era

posteriormente, o 104 tecidos. O espaço procura inserir-se na história do lugar desde uma perspectiva do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico e com isso reforçar as ações de revitalização realizadas na região.

realizada a primeira “Praia da Estação¹⁵”, uma manifestação contra essa proibição, em que jovens convocados pelas redes sociais ocuparam a Praça da Estação. A partir dessa ocupação a praça tornou-se um espaço em disputa em que, se por um lado o poder público justificava o decreto em defesa do patrimônio e da segurança pública, por outro lado os manifestantes estabeleceram o conflito em torno das noções de espaço público.

Em 2013 a Praça da Estação recebe outro projeto, o Corredor Cultural, como uma oportunidade de incluir a área dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas¹⁶. Mesmo não sendo executado, contestações ao projeto foram logo articuladas por diversos setores na esteira de debates sobre o uso desse espaço que emergiram com grande visibilidade na mídia e redes sociais em tal década através de mobilização de grupos e entidades artísticas e sociais.

Considerações finais

As transformações dos usos e formas de apropriação da Praça da Estação ao longo do tempo evidenciam diversos momentos na produção e transformação do espaço urbano da capital, nesse sentido, os conflitos em torno da praça apresentam os embates entre diversos projetos de cidade. Assim, os primeiros debates em torno da Praça surgem em um contexto marcado pelo conflito preservação *versus* progresso. Após o tombamento (1988), começa a ser delineada uma série de propostas com o objetivo de revitalizar o espaço que só se concretizam nos anos 2000. Com algum distanciamento desses projetos de revitalização, podemos avaliar que estes não implicaram, necessariamente, um processo de gentrificação nem um esvaziamento do espaço público, apesar da relação por momentos contraditória do Museu de Artes na área. Houve, a bem dizer, uma reordenação da lógica interativa dos sujeitos e coletivos, uma apropriação do espaço mediante a construção de lugares.

15A representação da “praia” como um espaço público e democrático é frequente no imaginário dos belorizontinos que, frente à ausência de praias, costumam dizer que os principais espaços públicos da cidade são as praças e os bares.

16Lançado em 2009, o PAC Cidades Históricas é voltado aos municípios com conjuntos ou sítios históricos protegidos no âmbito federal e, ainda, a cidades com patrimônio cultural. O programa é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

Ponto de disputa da ação patrimonial, após uma série de retomadas e abandonos de projetos, a Rua da Bahia conta a partir da primeira década do século XXI com um respaldo jurídico (lei que sanciona o Eixo Cultural) e ações de certa melhoria urbana, como intervenções de recuperação de fachadas (sobretudo na parte média e alta da via), proibição de comércio ambulante, relativa despoluição visual e intervenções pontuais de celebração à memória da rua, como o monumento a Rômulo Paes e as estátuas de Drummond e Nava. No entanto, a concretização de um circuito cultural integrado, com a participação da sociedade civil e num ambiente de permanente diálogo com a identidade da via, parece ter ficado pelo caminho das proposições da Rua da Bahia.

De modo geral, os projetos tanto para a Rua da Bahia quanto para a Praça da Estação representaram um esforço em se compreender o panorama histórico de tais espaços e de agir no sentido de garantir meios de melhoria de qualidade de vida na área — trânsito, área de valorização de pedestres, estímulo fiscal a atividades. No entanto, além da descontinuidade administrativa, evidencia-se um alinhamento com questões problemáticas da gestão patrimonial sob a ótica de autores diversos (CHOAY, 2011; HARTOG, 2014; BRESCIANI, 2009; JEUDY, 2005), como a busca de uma identidade perdida e de uma singularidade e autenticidade a ser propalada a partir de uma retórica específica de deterioração, além do desejo de construção de uma unidade sob moldes próprios do consumo cultural que se padroniza em diferentes cidades e centros históricos.

Referências bibliográficas

ARANTES, Otilia B. F.; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed., 2002. 192 p.

BELO HORIZONTE. *Projeto Rua da Bahia*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. 56 f.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. Proíbe a realização de eventos no local. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XV, n. 3481, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>.

Acesso em: 28 mar. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Parecer técnico referente ao projeto executivo de restauração da Praça Rui Barbosa como parte do projeto Boulevard Arrudas, pertencente ao conjunto urbano Praça Rui Barbosa e adjacências*. Belo Horizonte, 2005. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultural. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Conjunto urbano da Praça Rui Barbosa e adjacências*. Belo Horizonte, 1996. Não publicado.

BOTELHO, Tarcísio. *Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís*. Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile. EURE, vol. XXXI, n. 93, agosto, 2005, p. 53-71.

BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 91-101, jul./dez. 2005.

CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CÉLIA, Maria. Rua da Bahia: 24 horas? *Hoje em Dia*, Belo Horizonte. Minas, p. 1.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CRISTIE, Ellen. Rua da Bahia aposta tudo na cultura. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 mar. 1998. Gerais/Urbanismo, p. 32.

FANTINI, Débora. Concentração: vocação cultural do hipercentro de BH é atualizada com abertura de espaços artísticos e ocupação de praças. *Pampulha*, Belo Horizonte, 28 maio 2011.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa*. Fraude y miséria del modelo Barcelona. Madrid: Catarata, 2010.

ENCONTRO PELA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO, 1, 1981, Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino, Belo Horizonte, IAB. 122p.

GARCIA, Luiz Henrique Assis; RODRIGUES, Rita Lages. Historicidade e política de patrimônio: algumas reflexões envolvendo dois museus em edifícios tombados em Belo Horizonte. In: *Sebramus*, 1., Belo Horizonte, 2014.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GOUTHIER, Juliana. Contraste. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28, nov. 1994. Cidade/Serviços.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HELENA, Mirtes. BH abraça seu eixo cultural. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 dez. 1998. Cultura.

IEPHA. *Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação*, Belo Horizonte. 1988. Não publicado.

JACINTO, Vanessa. Vida para a Rua da Bahia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 nov. 1998. Gerais/Urbanismo, p. 30.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Citivias: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2012.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007.

LEMOS, Celina Borges. *Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MENEZES, Denise. Rua da Bahia terá pólo cultural 24 horas. *Hoje em Dia*, 13 ago. 1998. Minas, p. 7.

NASCIMENTO, Alexandra. *Notas sobre memória, identidade e patrimônio na gestão contemporânea: o 'Programa Centro Vivo' no hipercentro de Belo Horizonte*. In: II CONINTER: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte. *Anais do I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Belo Horizonte, 2013. v. 1.

PALCO improvisado anima espaços nos 101 anos da capital. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 13 dez. 1998. Brasil, p. 16.

PRAXIS Projetos e Consultoria Ltda. *Conjunto urbano da Rua da Bahia e adjacências*. Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, julho de 1996. Consultado na Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (DIPC).

PROJETO Rua da Bahia está saindo do papel. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 maio 1994. Cidades, p. 24.

RIVERO, Elena L. *Um espaço, várias praças*. Conflitos e disputas em torno da Praça da Estação. 2015. 190f. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RODRIGUES, Bernadete Bittencourt. *Projeto corredor cultural Rua da Bahia: Educação patrimonial e memória urbana*. Belo Horizonte, 2009.

RUA da Bahia terá despoluição visual. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 nov. 1994. Cidades.

SANTA ROSA, Eleonora. *Metrópole: a trajetória de um espaço cultural*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, 1993. 130 p.

SCHNEIDER, Lorelei Simil. *Rua da Bahia: patrimônio cultural Intangível*. (Monografia). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2004.

SILVEIRA, Brenda; HORTA, Luiz Otávio. *Trilhas urbanas: histórias da Rua da Bahia e da Cantina do Lucas*. Belo Horizonte: Realizar Cine Vídeo & Idéias Ltda, 2002.

TREVISAN, Eveline Prado. *Transformação, ritmo e pulsação: o baixo centro de Belo Horizonte*. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VEIGA, João Marcos. *Subir Bahia: uma rua na encruzilhada da memória patrimonial e de novas escritas urbanas*. 2015. 192f. Dissertação (mestrado) Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: *O espaço da diferença* (org. Antonio A. Arantes), Campinas: Papyrus Editora, 2000.

Recebido em 10 de novembro de 2016

Aprovado em 20 de dezembro de 2016